

# PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

**CONTRATANTE (UASG) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS- BA**

(983873)

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.559.045,72 (dois milhões quinhentos e cinquenta e nove mil quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior Desconto Percentual do item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i> .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	17
10. DOS RECURSOS .....	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS-BA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026**  
(Processo Administrativo nº 2.134-2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus (UASG: 983873), por meio da (Diretoria de Licitações), sediado Avenida Dois de Julho, nº 96, Shopping Itaguari, 4º Piso Sala 424 –B a 426, Ernesto Melo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, CEP: 44440-900 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11 Pessoas físicas.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

**5.1.1 Maior desconto percentual do item;**

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.9. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor percentual do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (um decimo por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.23.1 empresas brasileiras;
- 6.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026**

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados exclusivamente por meio de sistema [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

**9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através do e-mail [licitacao@saj.ba.gov.br](mailto:licitacao@saj.ba.gov.br)

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

**12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@saj.ba.gov.br](mailto:licitacao@saj.ba.gov.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.compras.ba.gov.br](http://www.compras.ba.gov.br).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA**  
**SECRETARIA DE COMPRAS, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO.**

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
  - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Análise de Risco;
- 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Santo Antônio de Jesus, 01 de junho de 2026.

DAVID LUCAS COSTA OLIVEIRA

**ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE**

MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

Termo de Referência 90/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	90/2026	983873-MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS	Editado por	VITORIA OLIVEIRA ALVAIA	Atualizado em	28/05/2026 10:18 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		2.134/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo 2.134/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. OBJETO

Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada.

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.2.1 Os serviços a serem contratados compreendem a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas, equipamentos e veículos pertencentes à frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, com fornecimento de peças, componentes e acessórios, conforme especificações a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	T A X A ADMINISTRATIVA ESTIMADA/ PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção	25518	Serviço	12 meses	R\$2.559.045,72	26,13%



preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada.					
---	--	--	--	--	--

1.3. O serviço é enquadrado como serviço continuado, tendo em vista a necessidade permanente de manutenção da frota municipal, indispensável à continuidade dos serviços públicos essenciais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições de vantajosidade para a Administração.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O valor indicado na tabela do item 1.2.1 foi obtido com base na memória de cálculo referente ao exercício de 2025, elaborada a partir do histórico de consumo dos serviços de manutenção da frota municipal, com projeção para os próximos 12 (doze) meses, exclusivamente para fins de estimativa do valor da contratação, sem aplicação do percentual de desconto, em razão do critério de julgamento adotado.

1.7. O lance a ser ofertado pelas empresas participantes deverá corresponder ao percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor estimado do contrato. Somente serão aceitas propostas que apresentem percentual igual ou superior a 26,13%, conforme estabelecido na tabela do item

1.7.1. Considerando que o sistema eletrônico de licitações não aceita o registro de lances em percentuais negativos, o percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora será consignado no contrato na forma negativa, por ocasião de sua celebração.

1.8. Somente será pago pela Administração o valor correspondente ao quantitativo de serviços e materiais efetivamente executados, com a aplicação do percentual de desconto ofertado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá contemplar solução tecnológica e operacional integrada, capaz de garantir a administração, gerenciamento e controle informatizado da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Santo Antônio de Jesus - BA, assegurando eficiência, economicidade, rastreabilidade e transparência na execução dos serviços.

4.2 A solução deverá ser prestada por empresa especializada, mediante disponibilização de sistema informatizado acessível via internet, com utilização de tecnologia que possibilite atendimento individualizado por veículo e/ou usuário autorizado, integrados a rede de estabelecimentos credenciados.

### 4.3 Requisitos Funcionais do Sistema

O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deverá permitir, no mínimo:

- a) Cadastro e gerenciamento da frota municipal, com controle individualizado por veículo, máquina ou equipamento;
- b) Controle e autorização eletrônica dos serviços de manutenção;
- c) Registro detalhado de todas as operações realizadas, incluindo peças, serviços, valores e identificação do estabelecimento;



- d) Controle de fornecimento de peças, pneus, acessórios e insumos;
- e) Emissão de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros;
- f) Acompanhamento do histórico completo de manutenção dos veículos;
- g) Monitoramento e rastreabilidade das despesas realizadas;
- h) Consulta em tempo real das transações pela Administração;
- i) Identificação de usuários e controle de acesso por níveis de permissão;
- j) Disponibilização de painel gerencial (dashboard) com indicadores de desempenho da frota.

#### 4.4 Requisitos Operacionais

- a) A operacionalização dos serviços deverá ocorrer por meio de rede de estabelecimentos credenciados, previamente habilitados pela CONTRATADA;
- b) Os serviços deverão ser executados mediante prévia autorização da Administração, por meio do sistema informatizado;
- c) O sistema deverá permitir a realização de múltiplos orçamentos entre estabelecimentos credenciados, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa;
- d) A CONTRATADA deverá assegurar a integridade das informações, impedindo acesso indevido a valores e propostas entre estabelecimentos concorrentes;
- e) O sistema deverá permanecer disponível durante todo o período contratual, com alto nível de disponibilidade operacional.

#### 4.5 Rede Credenciada

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar rede credenciada de estabelecimentos especializados, com capacidade técnica para execução dos serviços de manutenção da frota;
- b) A rede deverá possuir capilaridade suficiente para atendimento no Município de Santo Antônio de Jesus/BA e em outras localidades estratégicas do Estado da Bahia, considerando o deslocamento da frota;
- c) Caso a rede credenciada não esteja plenamente disponível no momento da contratação, a CONTRATADA deverá apresentar plano de implantação, com prazo máximo de até 30 (trinta) dias para sua estruturação;
- d) A rede credenciada deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços:

- manutenção preventiva e corretiva
- mecânica geral
- eletricidade automotiva
- funilaria e pintura
- borracharia
- alinhamento e balanceamento
- troca de óleo e filtros
- manutenção de ar-condicionado
- fornecimento de peças, pneus e acessórios
- serviços de guincho

#### 4.6 Requisitos de Suporte e Capacitação

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual;
- b) Deverá ser fornecido treinamento inicial aos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato;
- c) A empresa deverá garantir atendimento para solução de falhas no sistema, dúvidas operacionais e suporte à utilização da plataforma.

#### 4.7 Requisitos de Controle e Governança

- a) A solução deverá assegurar mecanismos de controle, transparência e auditoria das operações realizadas;
  - b) Todas as transações deverão ser registradas e armazenadas em sistema, garantindo rastreabilidade;
  - c) A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios que permitam à Administração verificar:
- consumo por veículo
  - gastos por tipo de serviço
  - frequência de manutenção
  - variações de custos
  - desempenho da frota

#### 4.8 Natureza da Contratação

- a) A presente contratação caracteriza-se como serviço continuado, essencial ao funcionamento da Administração Pública;
- b) A execução ocorrerá sob demanda, conforme as necessidades da Administração;
- c) A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento baseado na menor proposta administrativa (maior desconto percentual), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços contratados deverão ser executados de forma a garantir o controle gerencial da frota, observando-se:

5.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao sistema de controle de frotas em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, com níveis de acesso compatíveis com o modelo definido pelo Município.

5.1.2 O Município estabelecerá os níveis de permissão de acesso (consulta e/ou administração), podendo atribuir acesso total ou parcial aos usuários, conforme suas atribuições.

### 5.2 Relatórios e Informações Gerenciais

5.2.1 O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:

- a) Relação dos veículos por marca, modelo, ano de fabricação e motorização;
- b) Histórico das operações realizadas, contendo data, horário, estabelecimento, usuário, tipo de serviço ou produto, quantidade, valor unitário e total;
- c) Histórico de consumo de peças e serviços por veículo ou máquina;
- d) Quilometragem da frota vinculada às manutenções realizadas;
- e) Histórico de operações por usuário autorizado;
- f) Histórico de operações por estabelecimento credenciado;
- g) Preços praticados nos serviços e produtos;
- h) Limites de crédito por veículo ou grupo de veículos;
- i) Relatórios consolidados por tipo de serviço ou produto;
- j) Relatórios de distorções de quilometragem ou consumo;
- k) Relatórios para conferência de notas fiscais, discriminando os serviços executados.

5.2.2 O sistema deverá permitir a consolidação de dados e emissão de relatórios em ambiente gerencial acessível via internet.

### 5.3 Autogestão da Manutenção da Frota

5.3.1 A execução dos serviços deverá ocorrer por meio de sistema informatizado de autogestão da manutenção, permitindo:

- a) Controle da vida útil dos veículos, incluindo quilometragem, custos e histórico de manutenção;
- b) Registro eletrônico de todas as operações, incluindo datas, serviços, peças e responsáveis;
- c) Consolidação de dados e emissão de relatórios gerenciais em tempo real.

### 5.4 Rede Credenciada

5.4.1 Os serviços deverão ser executados por meio de rede de estabelecimentos credenciados, incluindo oficinas mecânicas, centros automotivos e concessionárias.

5.4.2 A rede deverá:

- a) Estar apta a operar o sistema informatizado da CONTRATADA;
- b) Possuir estrutura tecnológica integrada para viabilizar o pagamento e controle dos serviços;
- c) Permitir a realização de múltiplos orçamentos, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa;
- d) Submeter-se à fiscalização da Administração, que analisará os orçamentos apresentados.
- e) Garantir, sempre que tecnicamente viável, a obtenção de no mínimo 03 (três) orçamentos distintos para cada demanda, por meio do sistema informatizado, assegurando a economicidade da contratação;
- f) Assegurar que os estabelecimentos credenciados não tenham acesso às propostas concorrentes, garantindo isonomia e integridade do processo de cotação;
- g) Permitir à Administração rejeitar orçamentos considerados incompatíveis com os preços de mercado, podendo determinar a realização de nova cotação;

### 5.5 Requisitos Mínimos dos Estabelecimentos Credenciados

5.5.1 Os estabelecimentos credenciados deverão possuir, no mínimo:

- a) Equipamentos de informática com acesso à internet;
- b) Estrutura física adequada a confecção do objeto;
- c) Equipamentos técnicos para diagnóstico e manutenção;

- d) Ferramentaria compatível com os serviços prestados;
- e) Área física adequada à execução dos serviços;
- f) Equipamentos de elevação compatíveis com os veículos e máquinas da frota.

## 5.6 Execução dos Serviços pelas Credenciadas

5.6.1 Na execução dos serviços, as credenciadas deverão:

- a) Executar manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e materiais;
- b) Utilizar mão de obra qualificada e técnicas adequadas;
- c) Garantir a integridade dos veículos e seus componentes;
- d) Observar as especificações técnicas dos fabricantes;
- e) Utilizar peças novas, originais ou compatíveis, com garantia mínima de 3 (três) meses;
- f) Disponibilizar responsável técnico ou preposto para interlocução com a Administração;
- g) Realizar diagnóstico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) Apresentar orçamento detalhado, contendo peças, serviços, tempo de execução e custos;
- i) Prestar esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;
- j) Executar serviços somente mediante autorização prévia da Administração;
- k) Disponibilizar peças substituídas para conferência, quando solicitado;
- l) Receber e inspecionar os veículos antes da execução dos serviços;
- m) Encaminhar orçamento via sistema informatizado, garantindo sigilo entre concorrentes;
- n) Executar os serviços somente após autorização formal via sistema;
- o) Fornecer peças compatíveis com as especificações dos fabricantes;
- p) Disponibilizar profissionais qualificados;
- q) Responder civil e penalmente por danos decorrentes da execução dos serviços.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vista à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Assinado por: 1 pessoa: DAVID LUCAS COSTA DIAS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2> ou informe o código 03F2-65F1-A992-98F2

6.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada/Credenciada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7.1 Medição dos Serviços

7.1.1 A medição dos serviços será realizada com base nos registros das operações efetuadas por meio do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA, contemplando todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva executados, bem como o fornecimento de peças, insumos e acessórios.

7.1.2 Serão considerados para fins de medição:

- a) Os serviços efetivamente executados pelos estabelecimentos credenciados;
- b) As peças, insumos e acessórios efetivamente fornecidos;
- c) As ordens de serviço devidamente autorizadas pela Administração;
- d) Os registros eletrônicos das transações realizadas no sistema.

7.1.3 A medição será consolidada mensalmente, com base no período de apuração definido contratualmente.

### 7.2 Conferência e Validação

7.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório detalhado das operações realizadas no período, contendo, no mínimo:

- a) Identificação do veículo ou equipamento;
- b) Identificação do estabelecimento credenciado;
- c) Descrição dos serviços executados e peças fornecidas;
- d) Quantitativos e valores unitários e totais;
- e) Data e horário das transações.

7.2.2 A Administração realizará a conferência dos dados apresentados, podendo:

Assinado por 1 pessoa: DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://sajba.1doc.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2> e informe o código 03F2-65F1-A992-98F2



- a) Solicitar esclarecimentos ou documentos complementares;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não estejam em conformidade com o contrato;
- c) Glosar valores indevidos ou não autorizados.

### 7.3 Faturamento

7.3.1 Após a consolidação da medição mensal, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente aos serviços efetivamente executados no período.

7.3.2 A nota fiscal deverá conter:

- a) O valor total dos serviços executados (mão de obra e materiais);
- b) O valor da taxa administrativa aplicada;
- c) O valor final a ser pago;
- d) A discriminação resumida das operações realizadas.

### 7.4 Forma de Pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.4.2 O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento e atesto da nota fiscal.

7.4.3 O pagamento estará condicionado à:

- a) Regular execução dos serviços;
- b) Apresentação da documentação fiscal e trabalhista exigida;
- c) Verificação da regularidade da CONTRATADA junto aos órgãos competentes.

### 7.5 Remuneração da Contratada

7.5.1 A remuneração da CONTRATADA ocorrerá mediante aplicação da taxa administrativa ofertada sobre o valor total dos serviços e materiais efetivamente utilizados no período.

### 7.6 Glosas e Ajustes

7.6.1 A Administração poderá realizar glosas nos valores apresentados quando identificadas inconsistências, tais como:

- a) Serviços não autorizados;
- b) Divergência de valores;
- c) Serviços não executados ou executados em desacordo;
- d) Cobranças indevidas.

7.6.2 Os valores glosados deverão ser ajustados na fatura subsequente ou compensados conforme definido pela Administração.

### 7.7 Condições Gerais de Pagamento

7.7.1 Os pagamentos serão realizados exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, não sendo devidos valores mínimos ou garantias de consumo.

7.7.2 A execução financeira do contrato ocorrerá de forma variável, conforme a demanda da Administração.

7.7.3 O Município não possuirá qualquer relação financeira direta com os estabelecimentos credenciados, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o repasse dos valores devidos à rede credenciada.

### 7.8. Reajuste e Repactuação

Por se tratar de contratação com critério de maior desconto percentual aplicado sobre preços praticados na rotina de manutenção de frota, não se aplicam reajuste de valores. O desconto ofertado permanecerá fixo e invariável durante toda a vigência contratual, revisão motivada por desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: DAVI LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: <https://saiba.1010.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2> e informe o código 03F2-65F1-A992-98F2



## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, para a hipótese da alínea "a", quando não se justificar penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, nas hipóteses das alíneas "b", "c" e "d", salvo se couber penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nas hipóteses das alíneas "e" a "h" e também das alíneas "b", "c" e "d", quando a gravidade assim justificar.

8.2.4. Multas:

8.2.4.1. Moratória: 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

8.2.4.2. Moratória: 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2%, em caso de inobservância do prazo de apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. Multas Compensatórias:

A contratada poderá ser penalizada com multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20 (vinte) dias. Também poderá ser aplicada multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, limitada a 2%, nos casos de inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual. Caso o atraso ultrapasse 25 (vinte e cinco) dias, a Administração poderá promover a extinção contratual por descumprimento.

Além disso, multas compensatórias poderão ser aplicadas de acordo com a infração cometida:

- Para inexecução parcial sem justificativa (alínea "a"), a multa poderá variar de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Para inexecução parcial com grave dano à Administração (alínea "b"), de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento);
- Para inexecução total do contrato (alínea "c"), de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento);
- Para retardamento injustificado da execução ou entrega do objeto (alínea "d"), de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), alternativamente à multa moratória;
- Para apresentação de documentação falsa ou declaração inverídica (alínea "e"), de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento);
- Para prática de ato fraudulento na execução contratual (alínea "f"), de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento);
- Para conduta inidônea (alínea "g"), de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento); e
- Para prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 (alínea "h"), de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento).

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

8.4. Todas as sanções aqui previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Será assegurado o direito de defesa ao Contratado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação da penalidade.

8.6. Caso o valor da multa e/ou indenização supere valores devidos à contratada, a diferença será compensada com a garantia contratual ou cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação oficial da autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.1. As notificações ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF ou indicados na proposta comercial;

8.8.2. Tais endereços serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento.

8.9. Para a dosimetria das penalidades, serão consideradas:

- A natureza e a gravidade da infração;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos provocados à Administração;
- A existência de programa de integridade implantado ou em aperfeiçoamento.

8.10. Quando os atos previstos como infração também forem tipificados como atos lesivos pela Lei nº 12.846/2013, será adotada apuração conjunta, nos termos da legislação específica.

8.11. A personalidade jurídica da empresa poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, estendendo-se as sanções aos administradores, sócios com poderes de gestão, sucessores ou empresas coligadas.

8.12. O Contratante deverá registrar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, as sanções aplicadas nos cadastros públicos competentes:

- CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);
- CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas);
- SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 188 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Débitos oriundos de multa e/ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos que o Contratado possua com o mesmo órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 9.1 Forma de Seleção do Fornecedor

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza comum dos serviços a serem contratados.

9.1.2 O critério de julgamento adotado será o de **menor taxa administrativa**, correspondente ao **maior desconto percentual** aplicado sobre os valores estimados de consumo da frota, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

9.1.3 Será considerada vencedora a licitante que apresentar o maior desconto percentual, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

### 9.2. Regime de execução

9.2.1 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, considerando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma continuada, com remuneração vinculada à execução efetiva do objeto, apurada mensalmente com base nas manutenções realizadas e devidamente registrados no sistema informatizado de gestão, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

9.2.2 A contratada será responsável pela execução integral da solução.

9.2.3 O valor global da contratação abrangerá todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, incluindo tributos, logística, suporte técnico, infraestrutura tecnológica, licenciamento, atualização da plataforma e substituição de dispositivos, não cabendo cobrança adicional à Administração em nenhuma etapa da execução contratual.

### 9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

Assinado por 1 pessoa: DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a autenticidade acesse <https://scaf.cnpq.gov.br/verificar-autenticidade> ou informe o código 03F2-65F1-A992-98F2

Serão aceitas apenas propostas com valores unitários iguais ou inferiores aos limites máximos estabelecidos na estimativa de preços constante deste Termo de Referência, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Os preços serão analisados quanto à exequibilidade e à compatibilidade com os valores praticados no mercado.

#### 9.4. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

##### 9.4.1 Habilitação Jurídica

9.4.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

9.4.1.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, com verificação de autenticidade no sítio oficial do Governo Federal.

9.4.1.3. Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa da filial.

9.4.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.

9.4.1.6. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo no registro competente, com averbação no registro da matriz.

9.4.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social devidamente arquivados, além do registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971.

9.4.1.8. Documento oficial de identificação do(s) proprietário(s) ou representante(s) legal(is).

9.4.1.9. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação vigente.

##### 9.4.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.4.2.1. Prova de inscrição no CNPJ.

9.4.2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN).

9.4.2.3. Prova de regularidade com o FGTS.

9.4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

9.4.2.6. Prova de inscrição no cadastro estadual, quando aplicável.

9.4.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

9.4.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal.

9.4.2.9. Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá apresentar declaração da Fazenda respectiva.

9.4.2.10. O MEI que pretenda usufruir dos benefícios da LC nº 123/2006 estará dispensado da inscrição nos cadastros estadual e municipal, quando legalmente aplicável.

##### 9.4.3 Qualificação Econômico-Financeira

9.4.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

##### 9.4.4 Qualificação Técnica

9.4.4.1. Comprovação de aptidão para execução de objeto equivalente ou superior, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Assinado por: DAVI LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://saferp1.doc.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2> e informe o código 03F2-65F1-A992-98F2

9.4.4.2. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

9.4.4.3. A comprovação será obrigatória apenas para a prestação de serviços.

9.4.4.4. Para o fornecimento de peças, a exigência de atestado técnico poderá ser dispensada, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.4.5 Declarações

9.4.5.1. Declaração de que não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

9.4.5.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

9.4.5.3. Declaração de ausência de vínculo funcional com o Município e de não nepotismo.

9.4.5.4. Declaração de concordância integral com as exigências do edital e seus anexos.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 10.1 Valor Estimado

10.1.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.559.045,72 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**, conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar.

### 10.2 Metodologia de Cálculo

10.2.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em análise técnica do histórico de execução dos serviços manutenção da frota municipal referente ao exercício de 2025, considerando:

- a) Os registros consolidados de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- b) Os custos com fornecimento de peças, insumos e serviços de mão de obra;
- c) A composição atual da frota municipal;
- d) A natureza contínua e essencial dos serviços;
- e) A projeção da demanda para o período de 12 (doze) meses.

### 10.3 Projeção da Demanda

10.3.1 A partir do histórico apurado, foi aplicada projeção de aproximadamente 10% (dez por cento) sobre o valor executado, com a finalidade de absorver:

- a) Possível ampliação da frota municipal;
- b) Aumento da utilização dos veículos nas atividades operacionais;
- c) Variação nos custos de peças, insumos e serviços automotivos.

10.3.2 Dessa forma, obteve-se o valor estimado de **R\$ 2.559.045,72**, considerado suficiente para atendimento das demandas da Administração durante a vigência contratual.

### 10.4 Pesquisa de Mercado da Taxa Administrativa

10.4.1 Considerando que a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento baseado na menor taxa administrativa (maior desconto percentual), foi realizada pesquisa de mercado com base em contratações públicas semelhantes disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

10.4.2 A análise de contratos com objeto equivalente indicou média de mercado aproximada de **26,13%**, servindo como parâmetro referencial para avaliação da exequibilidade das propostas.

### 10.5 Natureza Estimativa do Valor

10.5.1 O valor estimado possui caráter meramente referencial, sendo utilizado para:

Assinado por 1 pessoa: DAVID LOPES COELHO DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://sajba.1d.com.br/verificacao/03E2-65F1-A992-98F2-65F1-A992-98F2>

- a) Planejamento da contratação;
- b) Definição da reserva orçamentária;
- c) Estruturação do processo licitatório.

10.5.2 Não há obrigação de execução integral do valor estimado, uma vez que a contratação será realizada sob demanda, conforme as necessidades da Administração.

10.6 Forma de Remuneração

10.6.1 A remuneração da CONTRATADA ocorrerá mediante aplicação da taxa administrativa ofertada sobre os valores efetivamente executados.

10.6.2 O valor final da contratação dependerá:

- a) Da demanda real de manutenção da frota durante a execução contratual;
- b) Do resultado da fase competitiva da licitação;
- c) Do percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

10.7 Execução Financeira

10.7.1 A execução financeira ocorrerá de forma gradual e conforme demanda, mediante autorização prévia da Administração.

10.7.2 Os pagamentos serão realizados com base nos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido 2014.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2.014 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1001 2.014 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA

Cód. Reduzido 2032.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1601 - SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA 2.032 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1601 2.032 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

GABINETE

Cód. Reduzido 2009.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 0901 - GABINETE DO PREFEITO-GAPRE 2.009 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 0901 2.009 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SEINFRA

Cód. Reduzido 2040.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SEINFRA 2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1901 2.040 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

SEC. MUN. DE DESEN. ECONÔM. E MEIO AMBIENTE-SEDEMA

Cód. Reduzido 2020.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1201 - SEC. MUN. DE DESEN. ECONÔM. E MEIO AMBIENTE-SEDEMA 2.020 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1201 2.020 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEEL**

Cód. Reduzido 2038.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEEL 2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1801 2.038 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA-SEFAZ**

Cód. Reduzido 2016.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA-SEFAZ 2.016 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1101 2.016 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

**SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP**

Cód. Reduzido 2045.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 2001 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP 2.045 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 2001 2.045 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

**SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT**

Cód. Reduzido 2046.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 2101 - SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT 2.046 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 2101 2.046 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

**SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE**

Cód. Reduzido 2056.39.16000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.056 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Cód. Reduzido 2056.39.150010021002 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.056 3.3.90.39.00 15001002 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saude 15%

Cód. Reduzido 2050.39.150010021002 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.050 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.050 3.3.90.39.00 15001002 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saude 15%

Cód. Reduzido 2050.39.16000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.050 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.050 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Cód. Reduzido 2051.39.16000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.051 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.051 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Cód. Reduzido 2051.39.150010021002 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.051 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.051 3.3.90.39.00 15001002 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saude 15%

Cód. Reduzido 2056.39.16000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.056 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

**SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS**

Cód. Reduzido 1028.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.028 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS- CRIANÇA FELIZ 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1705 1.028 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 1028.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.028 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS- CRIANÇA FELIZ 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1705 1.028 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Cód. Reduzido 1042.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1701 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SMAS 1.042 - EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1701 1.042 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2077.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.077 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1705 2.077 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2077.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.077 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica 1705 2.077 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Cód. Reduzido 2078.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.078 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.078 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2078.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.078 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.078 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Cód. Reduzido 2079.39.15000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.079 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1705 2.079 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2079.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.079 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.079 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Cód. Reduzido 2093.39.150000001 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.093 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.093 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2093.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.093 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.093 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Cód. Reduzido 2096.39.150000000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.096 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS 3% 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceira Pessoa Jurídica 1705 2.096 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Cód. Reduzido 2096.39.16600000 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - FOMURB - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 2658 - 2659 - 2660 - 2661 - 2662 - 2663 - 2664 - 2665 - 2666 - 2667 - 2668 - 2669 - 2670 - 2671 - 2672 - 2673 - 2674 - 2675 - 2676 - 2677 -

**SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME**

Cód. Reduzido 2090.39.150010011001 Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1302 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME 2.090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1302 2.090 3.3.90.39.00 15001001 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Educação 25%

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com base nos documentos técnicos e administrativos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 1.113/2026.

12.3. Quaisquer omissões ou dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser dirimidas pela unidade demandante em conjunto com os setores técnico, jurídico e de planejamento da Administração, observando-se a legislação aplicável.

12.4. Os casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, respeitando-se os limites legais e regulamentares aplicáveis à contratação pública.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

As regras aplicáveis ao **instrumento substitutivo ao contrato**, previstas no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como na **Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024, não se aplicam à presente contratação.**

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para todos os fins de direito, que:

I – Teve pleno acesso, leu e compreendeu integralmente o conteúdo do Termo de Referência, do edital da licitação e de todos os seus anexos, referentes à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada;

II – Concorda expressamente com todas as condições técnicas, operacionais, administrativas, jurídicas e financeiras estabelecidas no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, caso venha a ser contratada;

III – Reconhece que a assinatura do presente Termo não substitui o contrato administrativo, nem altera a forma de formalização da contratação, a qual será realizada mediante instrumento contratual próprio, em razão da natureza continuada do serviço;

IV – Declara ciência de que não se aplica à presente contratação o instrumento substitutivo ao contrato, previsto no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e na Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024;

V – Declara, ainda, que possui capacidade técnica, operacional e administrativa para a execução do objeto, nos termos definidos no Termo de Referência e no edital.

E, por estarem de pleno acordo, firma o presente TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA, para que produza seus efeitos legais.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

# VITORIA OLIVEIRA ALVAIA

Gerenciamento de Processos

## MBA-PREFEITURA MUNICIPAL S. ANTONIO DE JESUS

## Estudo Técnico Preliminar 100/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 2.134/2026

## 2. Descrição da necessidade

A Administração Pública do Município de Santo Antônio de Jesus – BA possui uma frota composta por veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na execução de atividades administrativas e operacionais essenciais à prestação dos serviços públicos.

Essa frota é empregada de forma contínua por diversas Secretarias Municipais, em atividades como transporte de pacientes, transporte escolar, serviços de infraestrutura urbana, limpeza pública, fiscalização, apoio logístico e demais ações necessárias ao atendimento das demandas da população.

Em razão do uso permanente e intensivo, os veículos e equipamentos estão sujeitos a desgaste natural, falhas mecânicas e necessidade de substituição de peças e componentes, o que exige a realização frequente de manutenções preventivas e corretivas, revisões periódicas e reparos diversos.

A ausência ou inadequação na execução desses serviços pode ocasionar a paralisação de veículos e máquinas, comprometendo diretamente a continuidade dos serviços públicos, gerando riscos à segurança dos servidores e usuários, além de potencial aumento de custos decorrentes de danos agravados e manutenções emergenciais.

Além disso, considerando a diversidade e a quantidade de veículos que compõem a frota municipal, bem como a distribuição das atividades entre diferentes órgãos da Administração, verifica-se a necessidade de garantir a execução regular, eficiente e contínua dos serviços de manutenção, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos ativos públicos.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação de serviços que permitam a adequada manutenção da frota municipal, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais, a segurança dos usuários e servidores, a preservação do patrimônio público e a eficiência na prestação dos serviços à população.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerenciamento de Processos	Vitória Oliveira Alvaia

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Para atendimento da necessidade identificada, a futura contratação deverá contemplar solução tecnológica e operacional capaz de garantir o gerenciamento, controle e execução dos serviços de manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ou vinculados ao Município de Santo Antônio de Jesus – BA.

4.2 Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada.

4.3 A empresa a ser contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gerenciamento de frota, acessível via internet, que possibilite à Administração Pública o controle, monitoramento e acompanhamento em tempo real das operações relacionadas à manutenção veicular, bem como a gestão das despesas decorrentes da execução dos serviços.

4.4 A solução deverá operar por meio de tecnologia de cartão magnético, cartão eletrônico ou tecnologia similar, individualizada por veículo e/ou usuário autorizado, permitindo a identificação e autorização dos serviços executados na rede de estabelecimentos credenciados.

4.4.1 O sistema deverá permitir, no mínimo:

4.4.1.2 cadastro e gerenciamento da frota municipal;

4.4.1.3 controle individualizado por veículo, equipamento ou máquina;

4.4.1.4 autorização eletrônica dos serviços a serem executados;

4.4.1.5 registro detalhado das manutenções realizadas;

4.4.1.6 controle de fornecimento de peças, pneus e acessórios;

4.4.1.7 emissão de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros;

4.4.1.8 acompanhamento de histórico de manutenção dos veículos;

4.4.1.9 controle e rastreabilidade das despesas realizadas;

4.4.1.10 consulta e acompanhamento das transações em tempo real pela Administração.

#### **Rede credenciada**

4.5 A empresa contratada deverá disponibilizar rede credenciada de estabelecimentos especializados na prestação de serviços automotivos, aptos a executar serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal. A rede credenciada deverá garantir capilaridade suficiente para atendimento às demandas operacionais do Município, especialmente no Município de Santo Antônio de Jesus /BA e em localidades onde haja circulação frequente dos veículos e máquinas pertencentes à Administração Pública Municipal. Para fins de execução contratual, a empresa contratada deverá assegurar que a rede credenciada possua estabelecimentos aptos a atender às necessidades da Administração em diferentes regiões do Estado da Bahia, garantindo condições adequadas de atendimento durante deslocamentos institucionais, transporte de pacientes, transporte escolar e demais atividades administrativas. Caso a empresa licitante não possua, no momento da licitação, rede credenciada suficiente nas localidades indicadas, deverá apresentar plano de implantação ou ampliação da rede, comprometendo-se a disponibilizar os estabelecimentos necessários no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

4.5.1 A contratada deverá possuir rede de estabelecimentos credenciados aptos a executar serviços automotivos diversos, abrangendo, no mínimo:

4.5.1.2 serviços de borracharia;

4.5.1.3 lavagem simples e geral;

4.5.1.4 manutenção preventiva e corretiva;

4.5.1.5 fornecimento de peças, pneus e acessórios;

4.5.1.6 serviços de mecânica geral;

4.5.1.7 funilaria e pintura;

4.5.1.8 serviços de eletricidade automotiva;

4.5.1.9 manutenção de ar-condicionado automotivo;

4.5.1.10 troca de óleo e filtros;

4.5.1.11 alinhamento de direção e balanceamento;

4.5.1.12 reparos e substituição de pneus;

4.5.1.13 Serviço de plotagem em geral, incluindo película veicular para vidros.

4.5.1.14 revisões gerais;

4.5.1.15 serviços de guincho e demais serviços necessários à manutenção da frota.

4.6 A empresa contratada deverá ainda disponibilizar suporte técnico e operacional para utilização do sistema, treinamento para os servidores responsáveis pela gestão da frota e atendimento contínuo para solução de eventuais demandas relacionadas à operação da plataforma.

4.7 A solução contratada deverá assegurar mecanismos de controle, transparência, rastreabilidade e auditoria das operações realizadas, garantindo maior eficiência administrativa, economicidade e segurança na gestão da manutenção dos veículos e máquinas da Administração Pública Municipal.

## 5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade de manutenção da frota municipal de veículos e máquinas, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado que possibilitam a execução e gestão dos serviços de manutenção automotiva, considerando práticas adotadas pela Administração Pública e modelos amplamente utilizados por órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal.

No mercado especializado, identificam-se, de forma geral, três principais modelos de contratação para atendimento das demandas de manutenção de frotas públicas, conforme descrito a seguir:

### a) Contratação direta de oficinas mecânicas por meio de licitação tradicional

Nesse modelo, a Administração Pública realiza processo licitatório para contratação de uma ou mais oficinas mecânicas responsáveis pela execução direta dos serviços de manutenção da frota, podendo incluir ou não o fornecimento de peças e acessórios.

Embora esse modelo permita a execução direta dos serviços, apresenta limitações operacionais relevantes, tais como restrição de capacidade de atendimento, baixa capilaridade de serviços, dificuldade de atendimento simultâneo a diferentes tipos de veículos e equipamentos e menor flexibilidade para atendimento emergencial, especialmente quando a frota municipal possui diversidade de veículos e equipamentos.

Além disso, esse modelo tende a concentrar a execução dos serviços em um número reduzido de prestadores, o que pode comprometer a agilidade na manutenção da frota e impactar a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

### b) Credenciamento de oficinas mecânicas

Outra alternativa identificada no mercado consiste no credenciamento de oficinas mecânicas, mediante chamamento público, permitindo que diversos estabelecimentos especializados sejam habilitados para prestar serviços à Administração Pública, conforme demanda.

Nesse modelo, múltiplas oficinas podem integrar a rede de prestadores credenciados, ampliando a oferta de serviços e possibilitando maior diversidade de especialidades técnicas.

Ressalta-se que o Município de Santo Antônio de Jesus encontra-se atualmente em processo de estruturação de procedimento de credenciamento de oficinas mecânicas, visando ampliar a rede de estabelecimentos aptos à prestação de serviços de manutenção automotiva.

Entretanto, isoladamente, o modelo de credenciamento não contempla ferramentas tecnológicas de gestão, controle e auditoria das despesas, exigindo da Administração a implementação de mecanismos adicionais de controle operacional, acompanhamento das ordens de serviço, controle de fornecimento de peças, registro das manutenções realizadas e consolidação de relatórios gerenciais.

### c) Contratação de empresa especializada em gestão e gerenciamento de manutenção de frota por meio de sistema informatizado

O terceiro modelo identificado no mercado consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle da manutenção da frota por meio de sistema informatizado, com utilização de cartões eletrônicos ou tecnologia similar e credenciada de estabelecimentos.

Nesse modelo, a empresa contratada disponibiliza plataforma tecnológica que permite à Administração Pública realizar o controle integral das manutenções realizadas, incluindo autorização de serviços, acompanhamento das despesas, registro das transações e emissão de relatórios gerenciais.

Adicionalmente, a solução possibilita a utilização de ampla rede credenciada de estabelecimentos, garantindo maior capilaridade de atendimento, agilidade na execução dos serviços e maior flexibilidade operacional para manutenção dos veículos e equipamentos da frota.

Esse modelo apresenta como principais vantagens:

- maior controle e transparência das despesas com manutenção da frota;
- rastreabilidade das operações realizadas;

- padronização dos procedimentos de manutenção;
- maior competitividade entre os estabelecimentos prestadores de serviço;
- agilidade no atendimento das demandas operacionais;
- redução de custos administrativos relacionados ao controle e gestão da manutenção.

Diante das alternativas identificadas, verifica-se que a contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle informatizado da manutenção da frota, integrada a rede de estabelecimentos credenciados, apresenta-se como solução mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, especialmente considerando o porte da frota, a diversidade de veículos e equipamentos e a necessidade de controle, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

A solução também se mostra compatível com o modelo de credenciamento de oficinas em fase de estruturação pelo Município, podendo atuar de forma complementar na organização, controle e gestão dos serviços executados pelos estabelecimentos prestadores.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e controle informatizado da frota oficial do Município de Santo Antônio de Jesus/BA, mediante sistema integrado, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e serviços por meio de rede credenciada.

6.2 A solução deverá permitir o gerenciamento completo das atividades relacionadas à manutenção da frota municipal, incluindo a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças, pneus, acessórios e demais insumos necessários ao adequado funcionamento dos veículos e equipamentos.

6.3 O sistema disponibilizado pela empresa contratada deverá permitir o controle operacional e financeiro das manutenções realizadas, contemplando funcionalidades que possibilitem o cadastro e gestão da frota municipal, controle individualizado por veículo e equipamento, autorização eletrônica de serviços, registro das operações realizadas, acompanhamento das despesas e emissão de relatórios gerenciais para fins de planejamento e fiscalização administrativa.

6.4 A operacionalização dos serviços deverá ocorrer por meio de **rede de estabelecimentos credenciados**, composta por oficinas e prestadores especializados aptos a realizar serviços automotivos diversos, garantindo capilaridade de atendimento, agilidade na execução dos serviços e disponibilidade para atendimento das demandas do Município. Entre os serviços contemplados na solução, os mínimos serão aqueles exposto no tópico 4 deste estudo técnico preliminar.

## 6.5 Operação da Solução

A operação da solução deverá ocorrer por meio de plataforma tecnológica disponibilizada pela empresa contratada, acessível via internet, permitindo à Administração Pública realizar a gestão integral da manutenção da frota. O sistema deverá possibilitar o cadastro de veículos, equipamentos e máquinas, bem como o controle das solicitações de serviços, emissão de autorizações eletrônicas, acompanhamento das execuções realizadas e registro das despesas correspondentes. Os serviços deverão ser executados por estabelecimentos integrantes da rede credenciada da contratada, previamente habilitados para prestação de serviços automotivos, assegurando padronização dos procedimentos e atendimento às necessidades operacionais do Município.

## 6.6 Manutenção e Assistência Técnica

A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico e operacional para utilização do sistema informatizado de gestão da frota, garantindo a adequada operação da solução durante todo o período contratual. Deverá ser assegurado atendimento técnico para esclarecimento de dúvidas, resolução de eventuais falhas no sistema, atualização da plataforma e suporte aos servidores responsáveis pela gestão da frota municipal. Também deverá ser disponibilizado treinamento inicial para os usuários indicados pela Administração, visando garantir o correto uso das funcionalidades do sistema e o adequado acompanhamento das operações realizadas.

## 6.7 Relatórios e Painel Gerencial

O sistema disponibilizado deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros, possibilitando o acompanhamento detalhado das despesas relacionadas à manutenção da frota municipal. Entre as funcionalidades esperadas, incluem-se a geração de relatórios consolidados e individualizados por veículo, tipo de serviço executado, consumo de peças, histórico de manutenção, valores gastos e indicadores de desempenho da frota. A solução deverá disponibilizar **painel gerencial (dashboard)** que permita à Administração Pública visualizar, em tempo real, informações estratégicas relacionadas à gestão da manutenção dos veículos e máquinas municipais, facilitando a tomada de decisão e o planejamento das ações administrativas.

6.8 Disponibilidade e Continuidade Operacional

A solução tecnológica deverá garantir alto nível de disponibilidade operacional, permitindo o acesso contínuo ao sistema de gestão da frota pelos servidores responsáveis pela administração e fiscalização do contrato. A empresa contratada deverá assegurar que a plataforma tecnológica permaneça em funcionamento durante todo o período contratual, com mecanismos que minimizem interrupções no serviço e garantam a continuidade das operações relacionadas à manutenção da frota municipal. Eventuais indisponibilidades do sistema deverão ser tratadas com prioridade pela contratada, assegurando a rápida normalização dos serviços e evitando impactos nas atividades administrativas e operacionais do Município.

6.9 Resultados Esperados

Com a implementação da solução proposta, espera-se proporcionar maior eficiência na gestão da manutenção da frota municipal, permitindo melhor controle das despesas, maior transparência na aplicação dos recursos públicos e maior agilidade na execução dos serviços necessários à manutenção dos veículos e equipamentos. Espera-se também promover maior organização administrativa das atividades relacionadas à manutenção da frota, possibilitando acompanhamento sistemático das manutenções realizadas, redução de falhas operacionais, otimização dos recursos disponíveis e melhoria na prestação dos serviços públicos oferecidos à população. Dessa forma, a solução proposta integra **tecnologia de gestão, rede de prestadores de serviços e mecanismos de controle administrativo**, contribuindo para o fortalecimento da governança pública e para o aprimoramento da gestão da frota municipal.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi realizada com base em levantamento técnico fundamentado em dados históricos de utilização dos serviços de manutenção da frota municipal, bem como na análise da atual composição da frota pertencente ao Município de Santo Antônio de Jesus.

Para a elaboração desta estimativa foram considerados, principalmente, os seguintes elementos:

a) Histórico de manutenção da frota municipal:

Foi analisado o relatório consolidado de manutenção referente ao período anual mais recente disponível, no qual constam os registros de serviços realizados, incluindo manutenções preventivas e corretivas, substituição de peças, serviços mecânicos, elétricos, borracharia, funilaria, revisões e demais intervenções necessárias ao pleno funcionamento dos veículos e equipamentos. O referido relatório apresenta os registros das ordens de serviço executadas ao longo do exercício, permitindo identificar o volume de atendimentos realizados, a frequência de manutenção e os tipos de serviços mais recorrentes.

b) Levantamento da frota municipal atualmente existente:

Foi considerada a relação atualizada da frota própria do Município, composta por veículos leves, utilitários, ambulâncias, motocicletas, caminhões, ônibus, tratores, máquinas pesadas e demais equipamentos utilizados pelas diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal. A análise dessa relação permitiu identificar a diversidade e a quantidade de ativos que demandam serviços periódicos de manutenção, bem como sua distribuição entre as diferentes áreas administrativas.

RELAÇÃO DE VEICULOS E MÁQUINAS DA PMSAJ					
Ano	Unidade	Chassi	Placa	Renavam	Status
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	8AC907843ME189939	FPY2J47	01261711898	ATIVO
2022/2022	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	8AJBA3FS1NO313323	GJD4H77	01294718956	ATIVO
1998/1998	SEC DE EDUCACAO	9BFL2SK60WDB30701	JML-2278	697816885	ATIVO
2008/2008	FMS-VISA	9C6KE094080027613	JRP-6942	978005902	ATIVO
2009/2009	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BYC2763S9C002186	JSI-9680	146738373	ATIVO
2010/2010	SEC DA FAZENDA	9BFZF55A5A8038272	NTE-4452	200213512	ATIVO
2010/2010	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9C2ND0910AR027913	NTN-9668	00224338137	ATIVO
2010/2011	SEC DE EDUCACAO	937168B01B8421269	NYJ-9286	271196548	ATIVO
2010/2010	FMS- ATENCAO BASICA	93YADCUH6BJ521353	NYK-5146	273413783	ATIVO
2010/2011	SEC DE EDUCACAO	9532882W8BR120172	NYM-1568	281389284	ATIVO
2010/2011	SEC DE EDUCACAO	9532882W9BR120200	NYN-4741	282247459	ATIVO
2010/2010	SEC DE EDUCACAO	9532882W1AR046480	NYP-0564	296343870	ATIVO
2010/2010	SEC DE EDUCACAO	9532882W1AR046768	NYP-4087	296345300	ATIVO
2010/2010	SEC DE EDUCACAO	9532882W1ARO46298	NYP-6223	296347752	ATIVO
2010/2010	SEC DE EDUCACAO	9532882W3AR046769	NYP-9223	296346640	ATIVO



2011/2011	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	9BZC52P6CB912555	NZG-7250	N/A	ATIVO
2012/2012	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BFZF55A0C8323240	NZS-4943	459660888	ATIVO
2013/2013	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9C2ND1110DR008539	OUN-8774	00565365185	ATIVO
2020/2020	FMS- ATENCAO BASICA	N/A	OUR-1619	N/A	ATIVO
2012/2013	FMS- ATENCAO BASICA	8AFAR21JXDJ085922	OUZ-3223	1000119278	ATIVO
2012/2013	FMS-SAMU	8AFAR21J6DJ085920	OUZ-9556	1000117968	ATIVO
2014/2014	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BGJB75Z0EB281975	OZH-5693	1013030661	ATIVO
2014/2014	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93YBSR76HEJ355124	OZI-9803	1075001088	ATIVO
2014/2015	SEC DE EDUCACAO	9BFZH55L0F8124754	OZL-2907	1295123182	ATIVO
2014/2015	FMS- ATENCAO BASICA	9BFZH55L2F8124769	OZL-6197	1295125215	ATIVO
2014/2015	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BFZH55L2F8124755	OZL-6373	01295127935	ATIVO
2014/2015	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BFZB55P2F8990637	OZN-0695	1020124676	ATIVO
2014/2015	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZD55P2FB773876	OZN-2056	1020125680	ATIVO
2014/2014	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9C2ND1110ER021059	OZN-2425	1020122746	ATIVO
2014/2015	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZD55P7FB763005	OZN-4310	1020128582	ATIVO
2014/2014	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9C2ND1110ER021053	OZN-7030	1020123394	ATIVO
2016/2017	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YMEN47EHJ382894	PCD7F28	01095757250	ATIVO
2014/2014	SEC DE EDUCACAO	N/A	PID0E73	N/A	ATIVO
2014/2014	SEC DE EDUCACAO	93ZL68C01E8457600	PJC-2427	1043324159	ATIVO
2015/2015	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BFZB55P5F8525818	PJF-0414	1049300359	ATIVO
2015/2015	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BFZB55P0F8521143	PJF-2847	1049297480	ATIVO
2015/2015	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BFZ55P5F8534812	PJF-4012	1049298613	ATIVO
2014/2015	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	8AC906655FE103039	PJK-5245	1055796999	ATIVO
2014/2014	SEC DE EDUCACAO	93ZL68C01E8458458	PJN-1876	1063589255	ATIVO
2014/2015	SEC DE EDUCACAO	93PB58M1MFC054537	PJN-4363	1063595450	ATIVO
2014/2015	SEC DE EDUCACAO	93PB58M1MFC054539	PJN-6502	1063594690	ATIVO
2014/2015	SEC DE EDUCACAO	93PB58M1MFC054538	PJN-6830	1063591110	ATIVO
2015/2016	FMS-SAMU	93YMAFELRGJ956958	PJS-4721	1075865597	ATIVO
2020/2020	FMS- ATENCAO BASICA	N/A	PJT-2274	N/A	ATIVO
2015/2016	FMS- ATENCAO BASICA	9BD26512MG9053242	PJY-7715	1088780951	ATIVO
2016/2016	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55J0H8384444	PKB-1352	1096061322	ATIVO
2016/2016	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55J6H8389230	PKB-2459	1096060733	ATIVO
2016/2016	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55J3H8389234	PKB-6219	1096060954	ATIVO
2016/2017	FMS- ATENCAO BASICA	93YMEN47EHJ453302	PKB9D13	01094915952	ATIVO
2016/2017	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	9BWKB45U2HP033029	PKE-6874	1102502704	ATIVO
2016/2017	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BFZH54J4H8397599	PKE-7927	1101779168	ATIVO
2016/2017	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93YMAFELCHJ465241	PKF-1543	1103927687	ATIVO
2016/2017	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BFZH55J6H8405880	PKG-0297	01108046522	ATIVO
2016/2017	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BFZH55J8H8396714	PKG-6130	01107431724	ATIVO
2017/2017	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BWDB45U9HT103285	PKK-5318	1115371492	ATIVO
2017/2017	SEC DE EDUCACAO	9BM384069HB060109	PKL-7537	1118512453	ATIVO
2017/2017	FMS-VISA	8AP19627NH4203460	PKT-0236	1135707402	ATIVO
2017/2017	FMS-VISA	8AP19627NH4202101	PKT-3305	1135706252	ATIVO
2017/2017	SEC DE EDUCACAO	9BM384069HB061888	PKU-4792	1138544830	ATIVO
2017/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8AFAR23N8JJO56186	PKX-2362	1146160698	ATIVO
2017/2018	FMS-VISA	9BD341A5XJY537359	PKX-5825	1145002959	ATIVO
2017/2018	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341A5XJY537520	PKX-9378	1144999798	ATIVO
2017/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BD37417DJ5100360	PKY-5139	1147817038	ATIVO
2017/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BD37417DJ5101219	PKY-9062	1147580143	ATIVO
2017/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8AFAR23N0JJ056098	PKZ-6056	1150079263	ATIVO
2018/2019	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YMAFEXAKJ311028	PLA-8901	1153673557	ATIVO

2017/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8AFAR23N7JJ055272	PLB-1248	01154335906	ATIVO
2018/2018	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BRB29BT8J2206244	PLE-9053	01161266736	ATIVO
2018/2019	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9BGCA8030KB179226	PLL4H68	1177881680	ATIVO
2018/2019	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9BGCA8030KB179827	PLL9I10	1177880773	ATIVO
2019/2019	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93GKL48U0KB217759	PLR2I93	1191699142	ATIVO
2020/2020	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	N/A	PLR7C66	N/A	ATIVO
2019/2019	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	8AC906633KE169027	PLT8A76	01198366904	ATIVO
2019/2020	FMS- ATENCAO BASICA	9BG14DK0LC408768	PLU4G53	1199477645	ATIVO
2019/2020	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341A5XLY649877	PLY2J73	1210380134	ATIVO
2019/2020	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341A5XLY637855	PLY8B56	1210378644	ATIVO
2019/2020	FMS-SAMU	93YMAFEXCLJ177390	PLZ7D67	1210609840	ATIVO
2019/2020	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	8AEGCNFN8LG04706	PLZ8I44	1211063019	ATIVO
2017/2017	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93PB88S31HS50041	PPP6F85	01137568094	ATIVO
2017/2017	FMS- ATENCAO BASICA	0	QIV4I72	1233363415	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	9BWAB45U9MT030299	QMK4G20	01232125943	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	9BWAB45U2MT030564	QMK4G70	01232127130	ATIVO
2020/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	N/A	QMK4I20	N/A	ATIVO
2020/2020	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	0	QMK5B70	00000000000	ATIVO
2020/2021	SEC DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	9BWAG45U8MT011843	QMK5J83	01225914362	ATIVO
2020/2021	SEC DE EDUCACAO	9BFZH55LXM8067220	QMK6I77	01242624101	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	9BFZH55L7M8074349	QMK6I86	01242625655	ATIVO
2020/2021	SEC DE ESPORTE E LAZER - SEEL	9BFZH55LXM8067301	QMK6I96	01242626945	ATIVO
2020/2021	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55L4M8067262	QMK7E46	01242781820	ATIVO
2020/2021	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BFZH55L0M8058364	QMK8I77	01243122657	ATIVO
2020/2021	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55L1M8067199	QMK8I96	01243127993	ATIVO
2020/2021	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BFZH55L0M8074516	QML1F76	01243755897	ATIVO
2020/2021	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BFZH55L5M8067478	QML1F77	01243756850	ATIVO
2020/2021	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BFZH55L0M8076797	QML8D38	01246224078	ATIVO
2020/2021	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BFZH55L1M8084424	QML9I96	01246910613	ATIVO
2020/2021	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9BFZH55L1M8077201	QML9I98	01246911920	ATIVO
2020/2021	SEC DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	9BFZH55L1M8077127	QMN0C93	01247118980	ATIVO
2020/2021	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9bfzh55l0m8077027	QMN2C04	01248410545	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	9BFZH55L1M8084052	QMN2C05	01248411274	ATIVO
2020/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BFZH55L9M8076975	QMN2F32	01248605206	ATIVO
2020/2021	SEC DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	9BFZH55L3M8076972	QMN2F34	01248606474	ATIVO
2020/2021	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BFZH55L6M8076982	QMN2J63	01248789803	ATIVO
2024/2025	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341ATSSY957477	QMV3H28	01390234204	ATIVO
2020/2021	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BFZH55L3M8074395	QNK6I76	01242622036	ATIVO
2020/2020	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	N/A	QNK8B72	N/A	ATIVO
2019/2020	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BWKB45U6LP000687	QQY1C14	011933300409	ATIVO
2019/2020	SEC DE CULTURA TUR. E JUVENTUDE - SCTJ	9BD5781FFLY342404	QQZ5A17	01194109982	ATIVO
2019/2020	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BWJB45UOLP030831	QTX5B00	01215207252	ATIVO
2019/2020	FMS- ATENCAO BASICA	9BFZH55L3L8470910	QTY2E81	1223982480	ATIVO
2019/2020	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BFZH55L7L8476998	QTY3C19	1223980232	ATIVO
2019/2019	FMS-SAMU	8AC906633KE175445	QTY5J51	1224509924	ATIVO
2019/2020	FMS- ATENCAO BASICA	93MYAF4XELJ282976	QWY2G91	01212971458	ATIVO
2020/2020	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BD5781FFLY402206	QXQ0H13	01223706530	ATIVO
2019/2020	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	8AC907843LE185626	RCO4C07	01227272992	ATIVO
2020/2021	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8ANBD33BOML608906	RCT8B07	1238018650	ATIVO
2020/2020	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93XLJKL1TMCL34030	RCU4B56	1241911441	ATIVO
2020/2020	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93XLJKL1TMCL33943	RCU5H08	1241889810	ATIVO

2020/2020	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	N/A	RCU6C57	1239754296	ATIVO
2020/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BD281A22MYV41867	RCV1D19	01243070550	ATIVO
2020/2021	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	93YRBB004MJ477043	RCY2A35	1246733495	ATIVO
2021/2021	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	YS23B266C051427	RDH8A36	1268554844	ATIVO
2020/2021	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	8afar23n9mj216645	RDI4J73	1271407393	ATIVO
2021/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	9BD281B22NYW23878	RDL9G98	1277453974	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9532E82W8NR048113	RDR1C66	1290149825	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9532E82W1NR046719	RDR2E93	1290149051	ATIVO
2021/2022	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9882261shnke50391	RDR3J60	01290933950	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9532E82W9NR047570	RDR8B06	1290147636	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9532E82WXNR047559	RDR8I16	1290150998	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9532E82WXNR047626	RDR9C97	1290148420	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	9bd195a4zm0889515	RFG8E46	01233985210	ATIVO
2020/2021	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BD195A4ZM0890484	RFI3E66	01235244803	ATIVO
2020/2021	SEC DE CULTURA TUR. E JUVENTUDE - SCTJ	9BWDG45U9MT062653	RFP9D18	01240128158	ATIVO
2020/2021	FMS- ATENCAO BASICA	93YMEN4XEMJ348354	RFQ4H11	01240230564	ATIVO
2020/2021	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9bd195a4zm0898859	RFT8J80	01242310948	ATIVO
2020/2021	SEC DE EDUCACAO	9BD195A4ZM0899876	RFU9G72	01243003119	ATIVO
2020/2021	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BD195A4ZM0907086	RMI0B48	01252030913	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9bg148dk0pc403088	RPD3F56	01298265409	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	N/A	RPD3H49	01298253753	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BG148DKOPC404470	RPD5B53	01298254300	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BG148DK0PC401929	RPD5H23	01298266634	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	N/A	RPD6D21	01298255233	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BG148DK0PC403261	RPD9H03	N/A	ATIVO
2023/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93yhjd20xpj312853	RPE8D63	0102195570	ATIVO
2022/2022	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	9882261RNNKE81997	RPH7A33	1318794398	ATIVO
2022/2022	SEC DA FAZENDA	9BD363A1LPYZ50888	RPI3C35	1321087400	ATIVO
2022/2023	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BHRCR51BBPP347493	RPI4J04	N/A	ATIVO
2022/2022	SEC DE EDUCACAO	9BD2651PAN9206308	RPI6D43	1301020688	ATIVO
2022/2023	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9C6DG25B0P0008851	RPM2E87	01329859879	ATIVO
2022/2023	SEC DE EDUCACAO	9BM979282PB281496	RPM6I49	01328749026	ATIVO
2022/2023	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9C6DG25B0P0008832	RPM9J03	01329861318	ATIVO
2022/2022	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	8AP359AFDNU213886	RPN3E30	01330496695	ATIVO
2022/2023	SEC DE EDUCACAO	9BM979282PB286506	RPO3E92	01333430059	ATIVO
2022/2023	SEC DE EDUCACAO	9BM979282PB280980	RPO5F12	01332732736	ATIVO
2022/2023	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YF6200XPJ444138	RPP8I85	01339602293	ATIVO
2023/2023	FMS- ATENCAO BASICA	8AFAR23S7PJ326510	RPV3A52	01347977594	ATIVO
2023/2023	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD363A1LPYZ89720	RPV4E94	01347420310	ATIVO
2023/2023	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD363A1LPYZ90304	RPV7A42	N/A	ATIVO
2023/2023	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD363A1LPYZ90108	RPV8D08	01347419826	ATIVO
2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	93YHJD200RJ660230	RPW6A07	1350061597	ATIVO
2023/2023	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BD281A2DPYY41405	RPY0G51	01353413133	ATIVO
2023/2023	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341ACZPY869259	SHI0B10	01341898560	ATIVO
2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	9BD341ACZRY930526	SJE5J35	01368977860	ATIVO
2023/2024	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	8AJDA8CB9R6055128	SJM3E83	01361970321	ATIVO
2023/2024	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD341ACZRY923830	SJO0C07	01368896550	ATIVO
2023/2024	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD341ACZRY926165	SJO3A67	01368867283	ATIVO
2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	935CEFC2CRB532910	SJP1D40	01371114363	ATIVO
2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	935CEFC2CRB529936	SJP1E25	13070820876	ATIVO
2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	935CEFC2CRB532909	SJP4E02	1371111356	ATIVO

2023/2024	FMS- ATENCAO BASICA	935CEFC2CRB532905	SJP5A60	1371117591	ATIVO
2023/2024	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	9362651XAR9256483	SJQ1C26	01374547317	ATIVO
2022/2022	FMS-SAMU	8ac907643ne225091	SJR2B58	01376175310	ATIVO
2022/2023	FMS-SAMU	8AC907643NE229939	SJR5I05	01376174992	ATIVO
2024/2025	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	93YHJD209SJ875790	SJT4D61	01379374216	ATIVO
2023/2024	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	93ZE62LMZR8702868	SJV4H79	01382959017	ATIVO
2023/2024	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	9BGEB69H0RG184537	SJV6I72	1384693928	ATIVO
2024/2025	SEC DE EDUCACAO	9BD281BLHSY553082	SKF1G39	01411112986	ATIVO
2024/2025	SEC DE EDUCACAO	9BD281BLHSYF59864	SKF5B92	01411116310	ATIVO
2024/2024	SEC DE EDUCACAO	9D363AZLSYS52572	SKF7E09	01411114962	ATIVO
2024/2025	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD341HCSSY975550	SKG6J76	01413579695	ATIVO
2024/2025	SEC DE ASSISTENCIA SOCIAL - SMAS	9BD341ACSSY974141	SKG8J26	01413579636	ATIVO
2024/2025	SEC DE EDUCACAO	9bgea48a0sg226903	SKN2B95	01423119202	ATIVO
2024/2024	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9bd358aad9yp01727	SKO5C18	00000000000	ATIVO
2024/2025	SEC DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	SAFBR01F9SJ413607	SKP1G66	01425259496	ATIVO
2024/2024	SEC DE EDUCACAO	93PB90919SC102167	SKR4B13	1428812846	ATIVO
2024/2025	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93yf62004sj143986	SKR9B38	01428977454	ATIVO
2024/2024	SEC DE TRANSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT	944TA0121RP000401	SKS0E61	N/A	ATIVO
2025/2025	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BWKL45U6SP064580	SPV3E52	01428445908	ATIVO
2023/2024	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BRBC3F32R8277761	SSJ8J55	01392903090	ATIVO
2023/2024	GABINETE DO PREFEITO - GAPRE	9BRBC3F37R8277772	SSJ9A47	01392922159	ATIVO
2024/2025	FMS- ATENCAO BASICA	93YRBB009SJ933390	SVG0D32	01390174473	ATIVO
2024/2025	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YF62002SJ992028	SWW0G15	01400291485	ATIVO
2025/2025	SEC DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAAB	98822261SVSKG29031	TGS8I83	01437667020	ATIVO
2025/2025	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	9BM951500SB417589	TGU4B63	01441923125	ATIVO
2025/2025	SEC DE EDUCACAO	953AD5TF9TR005747	TGU5I05	00000000000	ATIVO
2025/2026	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YJ62S08TJ230654	TGV2F72	01442394770	ATIVO
2025/2026	FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	93YJ62S06TJ230653	TGX0J94	01447811264	ATIVO
2025/2026	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	98822262SUTKG50277	THB4H40	01458285593	ATIVO
2025/2026	SEC DE EDUCACAO	9BGEA48A0TG108372	THB5F94	01454087983	ATIVO
2020/2020	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	0	ZAQ-0001	00000000000	ATIVO
0/0	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	0	ZAQ-0002	00000000000	ATIVO
2021/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	0	ZAQ-0003	00000000000	ATIVO
2021/2021	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	0	ZAQ-0004	00000000000	ATIVO
2021/2021	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	CYWDR1126278MS	ZAQ-0005	N/A	ATIVO
2023/2023	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	0	ZAQ-0006	00000000000	ATIVO
2023/2023	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	0	ZAQ-0007	00000000000	ATIVO
2024/2024	SEC DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA	N/A	ZAQ-0008	N/A	ATIVO
2024/2024	SEC DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAAB	N/A	ZAQ-0009	N/A	ATIVO
2024/2024	SEC DE SERVICOS PUBLICOS-SESP	N/A	ZAQ-0010	N/A	ATIVO
2025/2025	SEC DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAAB	NHNTT475ZRJ710853	ZAQ-0012	N/A	ATIVO

**c) Características operacionais da frota:**

Também foram avaliadas as condições de uso dos veículos e equipamentos, considerando que parte significativa da frota é utilizada em atividades de caráter contínuo e intensivo, como transporte de pacientes, transporte escolar, serviços de infraestrutura urbana, coleta de resíduos, manutenção de vias públicas e apoio às atividades administrativas das secretarias municipais.

**d) Natureza contínua da demanda:**

Os serviços de manutenção da frota possuem natureza permanente e essencial ao funcionamento da Administração Pública, uma vez que a paralisação de veículos e máquinas impacta diretamente a execução dos serviços públicos prestados à população.

A partir da análise conjunta desses fatores (histórico de manutenção, composição da frota municipal, características operacionais e natureza contínua da demanda) foi possível estimar as quantidades necessárias para a contratação, garantindo que a solução proposta seja suficiente para atender às necessidades da Administração durante o período de vigência contratual.



Destaca-se que a estimativa adotada neste Estudo Técnico Preliminar busca refletir o comportamento real da demanda administrativa, permitindo à Administração Pública planejar adequadamente a contratação, assegurar a continuidade das atividades operacionais e promover maior eficiência na gestão da manutenção da frota municipal.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.559.045,72

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em análise técnica do histórico de execução dos serviços de manutenção da frota municipal, projeção da demanda para o período contratual e pesquisa de preços realizada pela Administração Pública, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente foi analisado o **histórico de manutenção da frota municipal referente ao exercício de 2025**, no qual foram identificados os registros de serviços executados, incluindo fornecimento de peças e serviços de mão de obra necessários à manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas da Administração Municipal.

O relatório consolidado indica o seguinte cenário de execução:

Tabela 1 – Histórico de manutenção da frota municipal (2025)	
Tipo de Despesa	Valor Bruto
Peças e insumos	R\$ 1.609.999,99
Serviços de mão de obra	R\$ 725.465,21
Total de manutenção da frota	R\$ 2.526.405,20

Esses dados foram extraídos do relatório consolidado de faturamento de manutenção da frota municipal referente ao período anual analisado.

### Distribuição da demanda por Secretaria

A análise das ordens de serviço e registros de manutenção também permitiu identificar a distribuição da demanda entre os órgãos municipais, evidenciando quais áreas apresentam maior utilização da frota.

Tabela 2 – Distribuição estimada da manutenção por Secretaria			
Secretaria	% Participação	Valor Histórico	Valor Projetado
Educação	33,8%	R\$ 786.324,96	R\$ 864.957,45
Saúde	27,6%	R\$ 642.087,84	R\$ 706.296,62
Infraestrutura	16,4%	R\$ 381.530,45	R\$ 419.683,50
Serviços Públicos	8,7%	R\$ 202.397,25	R\$ 222.636,98
Assistência Social	6,4%	R\$ 148.889,93	R\$ 163.778,93
SMTT	3,1%	R\$ 72.118,56	R\$ 79.330,42
Gabinete	1,5%	R\$ 34.896,08	R\$ 38.385,69
Administração	0,3%	R\$ 6.979,22	R\$ 7.677,14
SEDEMA	0,5%	R\$ 11.632,03	R\$ 12.795,23
Agricultura	0,2%	R\$ 4.652,81	R\$ 5.118,09
Esporte	1,0%	R\$ 23.264,05	R\$ 25.590,4
Fazenda	0,5%	R\$ 11.632,03	R\$ 12.795,23

Valor total projetado: **R\$ 2.559.045,72**

Essa projeção considera uma **variação aproximada de 10% sobre o histórico de execução**, destinada a absorver:

- aumento da frota municipal;
- variação no custo de peças e insumos;
- aumento da utilização da frota em atividades operacionais.

Pesquisa de mercado da taxa administrativa

Considerando que a contratação será realizada por **Pregão Eletrônico do tipo menor taxa administrativa (ou maior desconto percentual)**, foi realizada pesquisa de mercado com base em contratações públicas semelhantes disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

Foram analisados contratos administrativos com objetos equivalentes, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 3 – Pesquisa de mercado da taxa administrativa	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - Edital nº 90019/2024 - Contrato nº 20/2025 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - Brasília/DF	26%
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - Contrato nº 2-110/2024 MUNICIPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS O - Teixeira de Freitas/BA	30,40%
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - Edital nº 90013/2025 - Contrato nº 23/2025 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - BELO HORIZONTE/MG	22,00%
Média de mercado	26,13%

Essa pesquisa foi realizada com base em processos licitatórios homologados com objeto semelhante, envolvendo sistemas informatizados de gestão de manutenção de frota com rede credenciada de oficinas.

Ressalta-se que os valores apresentados neste Estudo Técnico Preliminar possuem **caráter meramente estimativo**, tendo sido calculados com base no histórico de utilização dos serviços de manutenção da frota municipal, na análise da composição atual da frota e nos parâmetros obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada pela Administração Pública, conforme despacho **Despacho 5- 2.194 /2026**.

Dessa forma, o valor estimado da contratação **não representa obrigação de execução integral durante a vigência contratual**, servindo exclusivamente como **referência técnica para fins de planejamento da contratação, definição da reserva orçamentária e estruturação do processo licitatório**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Destaca-se ainda que, considerando a natureza da contratação — cujo modelo de remuneração se dá mediante **aplicação de taxa administrativa ou percentual de desconto sobre os serviços efetivamente executados** — o valor final do contrato depende diretamente da demanda real de manutenção da frota municipal ao longo da execução contratual, bem como do **resultado obtido na fase competitiva da licitação**, não havendo garantia de execução total do montante estimado.

Assim, o valor indicado neste Estudo Técnico Preliminar deve ser compreendido apenas como **parâmetro referencial utilizado pela Administração para dimensionamento da contratação**, não constituindo compromisso financeiro obrigatório para o Município

A execução financeira do contrato ocorrerá de forma **gradual e conforme demanda**, mediante autorização prévia da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, deve-se avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar maior participação de fornecedores.

No caso da presente contratação, o objeto consiste na prestação de serviços de **administração, gerenciamento e controle informatizado da manutenção da frota municipal**, por meio de sistema tecnológico integrado associado a rede credenciada de estabelecimentos especializados para execução de serviços automotivos.

A solução proposta envolve a disponibilização de **plataforma tecnológica única de gestão da frota**, integrada aos mecanismos de controle operacional, autorização de serviços, registro das transações, acompanhamento das despesas e emissão de relatórios gerenciais. Além disso, a empresa contratada deverá disponibilizar e administrar **rede credenciada de estabelecimentos prestadores de serviços**, responsável pela execução das manutenções preventivas e corretivas dos veículos e máquinas pertencentes ao Município.

Diante dessas características, verifica-se que o parcelamento do objeto em múltiplas contratações independentes não se mostra técnica ou operacionalmente adequado, uma vez que poderia ocasionar:

- fragmentação da gestão da manutenção da frota;

Assinado por 1 pessoa: DAVI LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://sistema.tribunal-militar.df.gov.br/verificacao/03F2-6511-A992-6511-03F2-6511-98F2

- dificuldades de controle e fiscalização das despesas;
- incompatibilidade entre sistemas informatizados distintos;
- aumento da complexidade administrativa na gestão contratual;
- risco de sobreposição de responsabilidades entre diferentes prestadores de serviço.

Além disso, a contratação integrada da solução permite que a Administração Pública disponha de **sistema único de gerenciamento da manutenção da frota**, com controle centralizado das informações, maior rastreabilidade das operações e melhor acompanhamento da execução dos serviços realizados pelos estabelecimentos credenciados.

Destaca-se ainda que a natureza do objeto exige **integração tecnológica entre a plataforma de gestão, os cartões eletrônicos utilizados na operação e a rede de prestadores de serviços**, o que reforça a necessidade de contratação por meio de solução única e integrada.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável, uma vez que poderia comprometer a eficiência da gestão da frota municipal, a segurança das informações operacionais e a adequada fiscalização da execução contratual.

Assim, para fins de atendimento ao interesse público, opta-se pela **contratação da solução de forma unificada**, garantindo maior eficiência operacional, simplificação da gestão administrativa, melhor controle das despesas e maior efetividade na prestação dos serviços relacionados à manutenção da frota municipal.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a adequada implementação da solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar, foram analisadas possíveis contratações correlatas ou interdependentes que possam possuir relação direta ou indireta com o objeto da contratação.

A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado da manutenção da frota municipal, mediante utilização de sistema tecnológico integrado e rede credenciada de estabelecimentos especializados para execução de serviços automotivos.

Nesse contexto, verifica-se que a solução pretendida possui relação com outras atividades administrativas vinculadas à gestão da frota municipal, tais como o abastecimento de combustíveis, o controle operacional dos veículos, o registro patrimonial dos bens e os serviços de manutenção executados pelos estabelecimentos especializados.

Destaca-se que o Município possui iniciativas administrativas voltadas à organização da rede de prestadores de serviços automotivos, incluindo a estruturação de procedimento de credenciamento de oficinas mecânicas, o qual poderá atuar de forma complementar à solução ora proposta, ampliando a disponibilidade de estabelecimentos aptos à prestação de serviços de manutenção da frota.

Ressalta-se, entretanto, que o referido procedimento possui natureza distinta da contratação ora pretendida, uma vez que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar refere-se especificamente à contratação de empresa especializada em gestão informatizada da manutenção da frota, responsável pela administração do sistema, controle das operações e gerenciamento das transações realizadas nos estabelecimentos credenciados.

Assim, embora existam contratações ou procedimentos administrativos que possam se relacionar indiretamente com a gestão da frota municipal, não se identificam, no momento, contratações interdependentes cuja realização seja condição obrigatória para a efetiva implementação da solução ora proposta.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida poderá ser realizada de forma independente, sem prejuízo da possibilidade de integração operacional com outros instrumentos administrativos relacionados à gestão da frota municipal, visando ao aprimoramento do controle e da eficiência na prestação dos serviços públicos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração, estando devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, em conformidade com o art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**Dados de identificação no PCA:** PCA 2026 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP

**ID PCA no PNCP:** 983873-19/2026

**Data de publicação no PNCP:** 19/12/2025 às 12:37:17

**Identificador da futura contratação:** Contratação de serviços de manutenção e revisão de veículos da frota da Prefeitura Municipal

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado da manutenção da frota municipal tem como objetivo promover maior eficiência na gestão dos veículos e máquinas pertencentes ao Município de Santo Antônio de Jesus, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Entre os principais benefícios esperados com a implementação da solução proposta, destacam-se:

**a) Maior controle e transparência das despesas públicas**

A utilização de sistema informatizado permitirá o registro detalhado de todas as operações relacionadas à manutenção da frota municipal, possibilitando o acompanhamento das despesas realizadas, o controle das ordens de serviço e a rastreabilidade das intervenções executadas nos veículos e equipamentos.

**b) Melhoria na gestão da manutenção da frota**

A solução permitirá o acompanhamento sistemático do histórico de manutenção de cada veículo ou máquina, contribuindo para o planejamento das manutenções preventivas, redução de falhas mecânicas e aumento da vida útil dos equipamentos pertencentes ao Município.

**c) Maior eficiência operacional**

A utilização de rede credenciada de estabelecimentos especializados possibilitará maior agilidade na execução dos serviços de manutenção, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos e garantindo maior continuidade das atividades operacionais desempenhadas pelas secretarias municipais.

**d) Padronização e organização dos processos administrativos**

A adoção de plataforma tecnológica única permitirá padronizar os procedimentos relacionados à manutenção da frota, incluindo solicitação, autorização e execução dos serviços, promovendo maior organização administrativa e simplificação dos processos internos.

### e) Otimização da aplicação dos recursos públicos

Com maior controle das operações e acompanhamento das despesas, a Administração Pública poderá identificar oportunidades de melhoria na gestão da frota, contribuindo para o uso mais eficiente dos recursos públicos destinados à manutenção dos veículos e equipamentos municipais.

**f) Apoio à tomada de decisões gerenciais**

A disponibilização de relatórios gerenciais e indicadores operacionais permitirá à Administração Municipal monitorar o desempenho da frota, identificar padrões de consumo e planejar ações de gestão voltadas à redução de custos e melhoria da eficiência administrativa.

Dessa forma, a contratação pretendida contribuirá para o fortalecimento da governança administrativa, para o aprimoramento da gestão da frota municipal e para a melhoria da prestação dos serviços públicos essenciais, assegurando maior eficiência, transparência e controle na utilização dos recursos públicos.

### 13. Providências a serem Adotadas

Para o prosseguimento da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração Municipal de Santo Antônio de Jesus, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP) e dos setores competentes:

1. Elaboração do Termo de Referência (TR): com base nas informações técnicas e justificativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, contendo descrição detalhada do objeto, requisitos de desempenho, condições de execução e critérios de medição e pagamento.

2. Elaboração da Minuta de Edital e do Contrato: a serem redigidas em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais e nas orientações dos órgãos de controle, observando o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
3. Análise Jurídica: encaminhamento do processo à Assessoria Jurídica Municipal, para emissão de parecer jurídico prévio sobre a legalidade e regularidade dos documentos da fase interna.
4. Análise e Validação Orçamentária: verificação da dotação orçamentária específica para assegurar a cobertura financeira do contrato, com emissão da reserva de dotação ou nota de empenho prévia, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
5. Publicação do Aviso de Licitação: após aprovação das peças técnicas e jurídicas, proceder à publicação do edital do Pregão Eletrônico, conforme regras de ampla publicidade previstas na Lei nº 14.133/2021, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial da Prefeitura Municipal.
6. Designação da Equipe de Apoio e do Pregoeiro: conforme disposto no art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para condução do certame licitatório e acompanhamento das etapas subsequentes.
7. Monitoramento e Fiscalização Contratual: após a adjudicação e assinatura, caberá à SESP designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, recebimento dos serviços, validação de relatórios e registro de ocorrências, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Essas providências garantirão a regularidade formal e material da contratação, bem como o cumprimento das etapas da fase preparatória, assegurando que a futura licitação atenda aos princípios da planejamento, eficiência, legalidade e transparência estabelecidos pela legislação vigente.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução dos serviços relacionados à manutenção da frota municipal pode gerar impactos ambientais decorrentes do manuseio, substituição e descarte de peças automotivas, pneus, óleos lubrificantes, filtros e outros resíduos provenientes das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas.

Entre os principais impactos ambientais associados a esse tipo de atividade, destacam-se:

- geração de resíduos sólidos automotivos, como peças substituídas, filtros, correias e componentes mecânicos;
- geração de resíduos perigosos, como óleos lubrificantes usados, graxas e fluidos automotivos;
- descarte de pneus inservíveis;
- possibilidade de contaminação do solo ou de recursos hídricos em caso de manejo inadequado desses resíduos.

Diante disso, a execução dos serviços de manutenção deverá observar rigorosamente a legislação ambiental vigente, especialmente as normas relativas ao gerenciamento e à destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos e de substâncias potencialmente poluidoras.

Nesse contexto, os estabelecimentos integrantes da rede credenciada deverão adotar práticas ambientalmente adequadas para o armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo, quando aplicável:

- destinação correta de óleos lubrificantes usados ou contaminados, conforme normas ambientais aplicáveis;
- encaminhamento de pneus inservíveis para sistemas de logística reversa;
- descarte ambientalmente adequado de peças e componentes substituídos;
- adoção de medidas preventivas para evitar vazamentos ou contaminação ambiental.

Ressalta-se que a contratação de empresa especializada em gerenciamento informatizado da manutenção da frota também contribui para o **controle e monitoramento das manutenções realizadas**, permitindo maior rastreabilidade dos serviços executados e dos materiais utilizados, o que pode auxiliar na adoção de boas práticas ambientais e no acompanhamento das atividades relacionadas à manutenção da frota municipal.

Dessa forma, embora a execução dos serviços de manutenção da frota possa gerar impactos ambientais inerentes às atividades automotivas, tais impactos poderão ser **adequadamente mitigados mediante a observância das normas ambientais vigentes**.

**adoção de práticas responsáveis de gestão de resíduos**, contribuindo para a proteção do meio ambiente e para a promoção da sustentabilidade nas atividades administrativas do Município.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises técnicas realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado da manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Santo Antônio de Jesus – BA mostra-se **tecnicamente viável, administrativamente necessária e economicamente adequada** para atender às demandas da Administração Pública Municipal.

O estudo demonstrou que a solução proposta é compatível com as necessidades operacionais do Município, considerando a atual composição da frota municipal, o histórico de utilização dos serviços de manutenção e a natureza contínua das atividades desempenhadas pelas diversas secretarias e órgãos da Administração.

Verificou-se ainda que a adoção de sistema informatizado de gestão da manutenção da frota, associado à utilização de rede credenciada de estabelecimentos especializados, possibilitará maior eficiência na gestão dos serviços, maior controle das despesas públicas, maior transparência na execução contratual e melhor acompanhamento das manutenções realizadas nos veículos e equipamentos municipais.

Também foi constatado que a solução proposta apresenta aderência às práticas adotadas por diversos órgãos da Administração Pública, sendo amplamente utilizada em contratações similares no âmbito da gestão pública, o que reforça sua adequação técnica e operacional.

Adicionalmente, foram observados os aspectos relacionados à estimativa de quantidades, estimativa de valor da contratação, levantamento de mercado, análise de alternativas disponíveis e identificação dos benefícios administrativos decorrentes da contratação, bem como os possíveis impactos ambientais associados à execução dos serviços.

Dessa forma, considerando os elementos técnicos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, **declara-se viável a realização da contratação pretendida**, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias para a realização do procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme legislação vigente.

Por fim, registra-se que os valores estimados apresentados neste estudo possuem caráter meramente referencial, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento da contratação e estruturação do processo licitatório, podendo variar conforme a efetiva execução contratual e o resultado obtido na fase competitiva do certame.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VITORIA OLIVEIRA ALVAIA**

Gerenciamento de Processos

Matriz de Gerenciamento de Riscos 39/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
39/2026	VITORIA OLIVEIRA ALVAIA	23/03/2026 11:13
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Gestão e manutenção da frota municipal;		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificações restritivas	Exigências excessivas (rede, sistema etc.)	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impugnação do edital					
	Ações Preventivas					
P-01	Revisão jurídica e técnica do TR			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
	Ações de Contingência					
C-01	Retificação do edital			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Definição inadequada da necessidade	Falta de levantamento técnico da frota	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Restrição da competitividade e limitação operacional					
	Ações Preventivas					
P-01	Levantamento da frota + histórico de manutenção			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
	Ações de Contingência					
C-01	Revisão do TR e ajuste da contratação			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Impugnação do edital	Exigências inadequadas	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso no processo					
	Ações Preventivas					
P-01	Revisão jurídica prévia			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
	Ações de Contingência					
C-01	Suspensão e republicação			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Ausência de critérios de controle	Falha na governança	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Risco de irregularidades					
	Ações Preventivas					
P-01	Definir mecanismos de fiscalização			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
	Ações de Contingência					
C-01	Reforço da fiscalização			Responsável: VITORIA OLIVEIRA ALVAIA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Superfaturamento	Falta de referência de preços	Gestão de Contrato	Administração	Extremo	
	Impactos					

Assinado por 1 pessoa: DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://sajba.1.doc.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2 e informe o código 03F2-65F1-A992-98F2



1	Falta de referência de preços	
<b>Ações Preventivas</b>		
P-01	Uso de tabelas de referência	<b>Responsável:</b> VITORIA OLIVEIRA ALVAIA
<b>Ações de Contingência</b>		
C-01	Auditoria e sanções	<b>Responsável:</b> VITORIA OLIVEIRA ALVAIA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS**

(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO  
ANTONIO DE JESUS, POR INTERMÉDIO DO (A)

E.....

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, inscrita no CNPJ: 13.825.476/0001-03, por intermédio, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos com sede na Avenida Governador Roberto Santos nº 26 - 2º Andar Salas 204 e 207 Centro Santo Antônio de Jesus/BA, neste ato representado (a) pelo (a), David Lucas Costa de Oliveira nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº, de publicada no de, doravante denominado \*\* 20\*\* DOM 20\*\* CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na [CONTRATADO], [CNPJ], , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [endereço] [cidade][UF] , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração apresentada OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em observância às nos autos], 1Doc nº 2.134/2026 disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº, mediante as cláusulas e Pregão Eletrônico XX/XXXX condições a seguir enunciadas

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1. O Termo de Referência;
- 2.3.2. O Edital da Licitação
- 2.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 3.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 3.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 3.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

6.1. *O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)***

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 05, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 05(cinco)

9.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.35. Efetuar o pagamento dos combustíveis adquiridos junto aos postos credenciados no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o respectivo pagamento da nota fiscal à contratada por parte do município em relação ao objeto da presente contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro

individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.2. SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO.

16.3. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1001 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO 2.014 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1001 2.014 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

16.4. SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA.

16.5. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1601 - SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA 2.032 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1601 2.032 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

16.6. GABINETE.

16.7. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 0901 - GABINETE DO PREFEITO-GAPRE 2.009 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 0901 2.009 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

16.8. SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SEINFRA.

16.9. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1901 - SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - SEINFRA 2.040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1901 2.040 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

16.10. SEC. MUN. DE DESEN. ECONÔM. E MEIO AMBIENTE-SEDEMA

16.11. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1201 - SEC. MUN. DE DESEN. ECONÔM. E MEIO AMBIENTE-SEDEMA 2.020 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1201 2.020 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos;

16.12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEEL

16.13. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1801 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-SEEL 2.038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1801 2.038 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

16.14. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA-SEFAZ

16.15. Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1101 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA-SEFAZ 2.016 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1101 2.016 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 2001 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP 2.045 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 2001 2.045 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 2101 - SEC. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO-SMTT 2.046 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 2101 2.046 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1402 2.056 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1402 2.056 3.3.90.39.00 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde 15%

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.050 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.050 3.3.90.39.00 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saude 15%

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.050 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.050 3.3.90.39.00 16000000 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.051 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.051 3.3.90.39.00 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.051 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1402 2.051 3.3.90.39.00 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Saude 15%.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1402 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2.056 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1402 2.056 3.3.90.39.00 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

#### SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.028 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS- CRIANÇA FELIZ 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1705 1.028 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.028 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS- CRIANÇA FELIZ 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1705 1.028 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1701 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SMAS 1.042 - EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Juridica 1701 1.042 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.077 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.077 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.077 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica 1705 2.077 3.3.90.39.00 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.078 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.078 3.3.90.39.00 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.078 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.078 3.3.90.39.00 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.079 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.079 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.079 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.079 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.093 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.093 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.096 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS 3% 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.096 3.3.90.39.00 15000000 15000000 - Recursos não Vinculados de impostos.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1705 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.096 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CMAS 3% 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1705 2.096 3.3.90.39.00 16600000 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SME.

Unidade Orçamentária Ação Elemento de Despesa Fonte de Recurso 1302 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME 2.090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 1302 2.090 3.3.90.39.00 15001001 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Educação 25%

17.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

20.1. Fica eleito o Foro da cidade de Santo Antônio de Jesus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1-

2-



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 03F2-65F1-A992-98F2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DAVID LUCAS COSTA DE OLIVEIRA (CPF 053.XXX.XXX-10) em 01/06/2026 11:36:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sajba.1doc.com.br/verificacao/03F2-65F1-A992-98F2>